



45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

Sílvio Lima.
Caligrafias pacíficas de um idealista nos desfiladeiros da guerra

Sílvio Lima: Peaceful scribbles in the War's gorges

PAULO ARCHER DE CARVALHO*

Post Doct em História da Cultura – Ceis20-UC,
bolsheiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
pauloarcher33@yahoo.com

Resumo:

No labirinto bicéfalo, entre os monstros medrados na cratera da I guerra mundial e que se precipitariam na Hecatombe, um filósofo neokantiano e scheleriano (contemporâneo de Ruysen, Russell e Kelsen) expulso por Salazar da Universidade de Coimbra, escreve manifestos pacifistas e ensaios hermenêuticos sobre a guerra, o mal maior; e sobre a Paz, a *única condição* da possibilidade (e da pensabilidade) do mundo e da vida.

Palavras chave:

Sílvio Lima (Filósofo, 1904-1993); pacifismo; II Guerra Mundial; totalitarismo.

Abstract:

In the bicephalous maze, between monster's growth in the I War's craters they would dive into Hecatomb, a Schelerian and Kantian philosopher (contemporary of Ruysen, Russell and Kelsen), that Salazar banished from the University of Coimbra, wrote pacifist Manifestos and hermeneutics essays on War, the enormous evil; and wrote about Peace, the world's and life's justly condition of the critical thinking.

Keywords:

Sílvio Lima (Philosopher, 1904-1993); pacifism; World War II; totalitarianism.

* O artigo remete para o cap. XVIII, da VI parte da tese de dissertação (2009) *Sílvio Lima, um místico da Razão crítica (da incondicionalidade do Amor intellectualis)*, não editada. Remissões para os II tomos das *Obras Completas* de Sílvio Lima (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004) são abreviadas.

O legado paciuniversalista

Cedo seduzido pelas teses libertárias de Jean-Marie Guyau, no senso republicano, não directivas e anti-impositivas, as de uma moral social e individual sem sanção sem obrigação, que examinara na dissertação de licenciatura (1927), decisivo sulco no idealismo do filósofo e psicólogo Sílvio Lima (1904-1993) é o pacifismo, inscrito numa ética da convicção (Weber) que se casava bem com a lição kantiana paciuniversalista da sua formação cívica e filosófica, à qual os legados de Joaquim de Carvalho, Raul Proença e António Sérgio não seriam alheios. Claramente evidenciado nas décadas 1930-40, em plena e dramática experiência da sua exclusão universitária a mando de Salazar e a sub-rogação da Teologia da intolerância da qual Gonçalves Cerejeira era o creditado representante, as suas missivas pacifistas alvejam o cenário crescente do belicismo e imperialismo impulsionado na Europa pela agressão nazifascista que em breve, a partir da «bem sucedida» guerra civil espanhola, mundializaria um conflito sem precedentes e a uma escala de barbárie que a humanidade (as *muitas* humanidades que como *humanidade* há apenas *c.* de XXVIII ou XXX séculos são autorreferentes) não tinha ainda conhecido.

Na sequela da primeira chacina de 1914-18, os projectos de constituição de paz duradoura seriam relidos na perspectiva de pôr em prática o que, até aí, parecera ilegível utopia e a própria criação da Sociedade das Nações, estipulada na I parte do Tratado de Versalhes (junho de 1919), corporizara parte dessas expectativas. Mas não é nascituro *ex nihilo*. Se é possível esboçar genealogias do pensamento pacifista quanto da ideia de Paz, na longa duração da sua formulação moderna arranca das premissas e reflexões sobre tolerância (Espinosa, Locke), universalidade da lei natural (Grotius, Pufendorf) e respeito pelo *ius gens* (Suárez), conglutinadas no século XVIII nas *Declarações* dos Direitos do Homem, animadas pelo cosmopolitismo esclarecido de enciclopedistas e *filósofos*, dos quais Immanuel Kant será credor ao idear no ocaso do século o pacto federal de estados soberanos e explicitar o ideário juspolítico anti-absolutista, assente na concepção originária da humana *dignitas*.

Deve-se contudo ao Abbé de Saint-Pierre (e menos à renúncia quackeriana de William Penn) a matriz moderna do *Project pour rendre la paix perpetuelle en Europe* (1713), programa de pendor jusnaturalista e hobbesiano, assinando a passagem do estádio natural de guerra e barbárie à Paz juridicamente tutelada pelo *pacto de união*, no qual Leibniz, os enciclopedistas e Voltaire viam o pioneirismo. Wolff, não só tentou sistematizar o logicismo de Leibniz, mas propor a *civitas maxima*; juridicamente submetida a *leis comuns*. Rousseau faz dois comentários (em 1751 e 1782) ao texto de Saint-Pierre, de sentido

contraditório, avocando no primeiro (1) a criação da confederação geral dos estados, (4) com congresso periodicamente convocado, (2) e instância judicial internacional e (3) a criação duma força internacional permanente¹. Sabe-se como foi o filão kantiano mediado pelas filosofias românticas de diversos matizes² que, na primeira metade do século XIX, ora enfatizaram a dimensão utópica da *res publica* universal à luz do cosmopolitismo (Novalis, Schlegel) de matriz democrática (Rousseau), ora idealizaram um modelo constitucional confederal ou federal eurocêntrico (Saint-Simon, Proudhon)³. Em 1784, em *Ideia para uma história universal...*, Kant defendera que as incessantes guerras só poderiam ser mediadas submetendo o princípio da liberdade de acção à “constituição da sociedade civil administrando o direito universalmente”. Em 1795-96, no projecto *Pela Paz Perpétua*, surge o modelo de constituição transnacional que não assenta num estado imperial, mas no *Völkerstaat*, *civitas gentium* federadora dos estados e dos povos. A forma como redige o projecto de *tratado* imaginário, que remete para formulações europeias dos tratados de paz nos séculos XVII e XVIII, repartidos entre um tratado preliminar que prescreve negativamente as condições de paz, seguido doutro, que se presume definitivo, pois as prescreve positivamente, alerta para o carácter jurídico-imperativo, que Kant quis atribuir ao tema⁴.

Para Ruysen, que na década de 1920 sobre ele se debruça, no tratado Kant está mais ligado ao conceito de República (separação de poderes, teoria da representação) do que à ideia Àtica de democracia, que lhe parecia o «pior dos despotismos»: o modelo republicano deveria presidir à Cidade das Nações e essa seria, como regista no escólio do Suplemento segundo (o “Artigo Secreto”) de *A Paz Perpétua*, a conclusão final duma doutrina do direito nos limites da razão pura: as máximas dos filósofos sobre as condições da paz pública devem ser ouvidas pelos Estados quando se aprestam à guerra, conquanto “não é de esperar nem também de desejar que os reis filosofem ou

¹ Theodor Ruysen, «Les origines kantiennes de la Société des Nations», *Revue de Méthaphisique et morale*, t. XXXI, n.º. 2, 1924, 355-71.

² Ruysen, «Les origines...», *art. cit.*, 361 e ss. Cf. a recepção neokantiana, muito activa após 1945, Hans Kelsen, *Derecho y paz en las relaciones internacionales*, prólogo de L. Ricasén-Siches, trad. F. Acosta, México, Fondo de Cultura Económica, 1996, 2.ª, 1.ª reimp.

³ Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Utopismo, internacionalismo, pacifismo», *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Livro de Homenagem a Victor de Sá, Lisboa, Livros Horizonte, CHUP (org.), 1991, 289-91; e Simone Goyard-Fabre, *La construction de la paix ou le travail de Sisyphus*, Paris, Vrin, 1994, 16 e ss.

⁴ Soraya Nour, *A Paz Perpétua de Kant, filosofia do direito internacional e das relações internacionais*, São Paulo, Martins Fontes, 2004, XXVII; 109 e ss

que os filósofos se tornem reis, porque a posse do poder prejudica inevitavelmente o livre juízo da Razão”⁵.

Kant corrigia assim o excessivo optimismo de alguns lances do Rousseau da primeira fase, ao inserir o princípio de não ingerência na política interna dos Estados, indo mais longe na proposta de supressão progressiva de exércitos permanentes. *Prima et sine qua non conditio*, a nova ordem jurídica internacional assentaria numa constituição republicana dos Estados, *politeia* inferida da ideia de contrato social, para a qual Alfred Fouillée chamara a atenção⁶. Em síntese, a mediação racional da guerra só poderia conduzir ao imo da própria racionalidade, ao *eu* não egotista, cenário da luta da razão consigo própria em busca do incondicionado, pois *as brancas nuvens vão para onde fores*, escrevera Li Po no distante reino Ming, quando na era cristã se assinalava o século VIII⁷.

Missivas contra «a fúria hiperbólica»

Inscrito intelectualmente nessa longa genealogia, Sílvio Lima deixou acervo fundamental de textos no qual articula uma hermenêutica constitutiva sobre os significados da radical antinomia entre Paz e Guerra. Desde outubro de 1935, cinco meses após a expulsão universitária ao desabrigo do célebre decreto expurgatório 25.317, e em plena conjuntura bélica mundial marcada pela ofensiva da Itália fascista de Mussolini pela «refundação» do império africano e iniciada com a «anexação» da Abissínia a 3 desse mês, num conjunto de reflexões publicado no *Diário de Lisboa*, Lima estrutura uma teoria crítica pacifista, pois a doutrina de Hobbes, o darwinismo social e outras elucubrações belicistas (como Joseph de Maistre, pai teórico da maçonaria da guerra que a deificaria) vêm a guerra, a luta, a *struggle for life*, como o estado natural e *lei* irrenunciável da natureza, eliminando os mais fracos, seleccionando no processo natural indivíduos e espécies mais aptos e preparando nova realidade biológica ou social. Só que as extrapolações sociológica e histórica do darwinismo seriam erróneas “projeções amargas do naturalismo no campo social” porquanto, mesmo sob o ponto de vista biológico, a vida humana não se reduza a luta, competição e continuada selecção, mas se afirme “solidariedade, auxílio mútuo, cooperação, *amor*”, nem é possível

⁵ Cf. I. Kant, *A Paz Perpétua. Um Projecto Filosófico*, trad. de Artur Morão, UBI, Lusosofia, 2008, acesso digital: www.lusosofia.net/textos/kant_immanuel_paz_perpetua.pdf, 34-35.

⁶ Cf. A. Fouillée, *Histoire de la Philosophie*, Paris, Librairie Ch. Delagrave, 1875, 411-12.

⁷ In Jorge de Sena, *Poesia de 26 séculos*, Coimbra, Fora do Texto, 1993, (69).

transpor mecanicamente o plano da natureza, como mero teatro espontâneo da peleja, para o plano antropológico e sociológico, no qual sob forma *diabolicamente inteligente* assume a *luta* o carácter contemporâneo da guerra “fria e hiperfratricida dos tempos modernos”, afinal “inventores do gás asfixiante, do submarino, do carro de assalto e do avião de bombardeamento”⁸. Acatar essa transposição seria retroceder da lei moral à *lei da selva*, de que falara Kipling, conquanto o humano não se reduzindo ao natural é, em grande medida, afirmação «supranatural» (não *sobrenatural*) e «contranatural».

A própria apologia da força bruta será fenómeno em si amoral: ora, se a guerra é sempre *imponente*, alicerçada no jogo irracional das simples e primitivas energias e submetido às leis da física, tendendo à expansão espontânea, à arbitrariedade e à exaltação sobre os objectos; é porque excita sentidos primários e oferece o tentador espectáculo da solitudine: “a sua presença é *excitante*, irrita, *convida à valsa*”. Metáfora da violência e réplica à visão kantiana, em *Paz Perpétua*, da guerra como o *grande cemitério do género humano*, a *valsa* convida à animalidade sem qualquer mediação racional e exegetica. Se a força bruta se oferece “ao alcance da mão”, interroga Lima, “porque não desencantar a *bela dormente no bosque*? Porque não sorver o néctar precioso que se destila da sua libertação?”⁹.

Ceder à propaganda da força, ou dela abstrair, é aceitar a *ruptura e perca* dos equilíbrios sociais no palco histórico; porque o carácter autodestrutivo da guerra contém em si o germe da *força revolucionária*, “enorme polvo estrangulador” que se agiganta e “incha os tentáculos monstruosos”, fenómeno mais perceptível na coeva tecnologia bélica, fazendo “da terra verdejante e pródiga um deserto sobre cujo sangrento palco dança, como bacante, a morte”¹⁰. Não é possível enfileirar assim por explicações dualistas da guerra: nem há *uma* guerra “filha de Deus” e *outra* “bastarda do Inferno”, como supunha o historiador G. Ferrero. Guerra e violência expõem a *estética negativa* do jogo mortal dos espelhos mutuamente estilhaçados: a exegese urge situar-se para além do bem e do mal conjunturalmente autojustificado¹¹. A I guerra mundial oferecera o *corpus* para essa reflexão histórica, pois se não há guerras que façam estalar “velhos quadros esclerosados que refrenavam o desabrolhar primaveril das novas forças criadoras”, assim a *hecatombe* de 1914-18, “fúria

⁸ Sílvio Lima, «Natureza e Cultura» [Diário de Lisboa, n.º 4645, 23-X-1935], OC, II, 1606-07.

⁹ *Id.*, «Em torno de uma velha fórmula» [DL, n.º 4660, 7-XI-1935], *ib.*, II, 1608-09.

¹⁰ *Id.*, «À margem da guerra. Bastarda do Inferno...» [DL, n.º 4674, 20-XI-1935], *ib.*, 1610.

¹¹ Cf. Maati Kabbal in Jean Baudrillard e Edgar Morin, *A violência no mundo*, Rio de Janeiro, Anima, 2004, 30-31.

hiperbólica”, com a sua procissão de mais de dez milhões de mortos, “tornou mais caótico o já caótico” isto é, assentou e possibilitou um *estado de confusão* (“espécie de tuba onde fervem mostos vários, uns tóxicos, outros dinamogénicos”) caracterizado pelo axiomático “relativismo céptico” no interior do qual são visíveis “troncos destroçados, imoralismo, desemprego, pauperismo, pessimismo vital, desequilíbrio económico, subversão de valores”. “O progresso dos povos”, conclui Sílvio Lima, “deve ser feito pelo «espírito» e não pela «metralha», por «Cristo» e não por «Marte», pela revolução «interior» do «homem interior» e não pela revolução exterior das lutas fratricidas”¹².

Produto linguístico e idiosincrático moderno, a partir da dupla proposta de Copérnico e Hobbes¹³, a palavra *revolução* é empregue por Lima no sentido lato de reformismo profundo, processo de emancipação na lenta temporalidade e de carácter não violento nem abrupto, no quadro amplo das mutações sociais, sobretudo radicado nas estruturas mentais e intelectuais, ou no plano do que ele mesmo chama “o homem interior”. Ora esse *homem interior* só se revela na íntima súplica de Sócrates pelo trilho dianoético, *Amado Pan, e todos os deuses deste sítio, concedei-me que chegue a ser belo no meu interior*¹⁴, ou, no caminho poético, de Novalis, *Em direcção ao interior nos leva o trilho misterioso/Em parte alguma, senão em nós próprios, repousa/a eternidade e os seus mundos, o passado e o futuro*¹⁵, ou Goethe, *Dentro de nós há também um Universo;/Daqui nasceu nos povos o louvável costume/De cada qual chamar Deus, mesmo o seu Deus*¹⁶, caminho só apreensível na ética ipseidade homeótrópica do aforismo kantiano *trata tu bem da tua própria humanidade*¹⁷.

A exautoração da guerra, terrorismo, extermínio, o *pior dos males sociais* no enunciado neokantiano de Kelsen, enraizara porém na lavra de Lima numa cronologia anterior. Em 1931, na crítica à versão cinematográfica de Lewis Milestone de *A oeste nada de novo*, de E. M. Remarque, sustentara que só a partir da guerra se poderia observar “até que abismo cruento o homem, olvidado dos valores morais, baixou e como pôde tornar-se de 1914 a 1918 mil vezes pior que o *homini lupus* de Hobbes”¹⁸. *A falange* não perdoará a Sílvio Lima o antimilitarismo, municinando a ira da *guerra santa* que a edição nesse

¹² Cf. Sílvio Lima, *OC*, II, 1611-12.

¹³ Cf. Miguel Baptista Pereira, *Modernidade e Tempo*, Coimbra, Minerva, 1990, 89.

¹⁴ Platão, *Fedro*, 279 b-c.

¹⁵ Novalis, *Petits écrits*, Paris, Aubier, 1947, 35 ; trad. ns.

¹⁶ J. W. Goethe, *Poemas*, ed. P. Quintela, Coimbra, Centelha, 1996⁴, 229.

¹⁷ Cf. A. Fouillée, *Histoire de la Philosophie*, op. cit, 412.

¹⁸ Cf. Sílvio Lima, «Remarque e a guerra», *Mundo Novo*, I, n.º 2, 14-II-1931, 5.

ano de *Notas críticas ao livro do Sr. Cardeal Cerejeira «A Igreja e o Pensamento Contemporâneo»* acendera: será violentamente atacado pelo “jornal dos estudantes nacionalistas de Coimbra”, *Acção*, que encimado pelo lema de Salazar *Tudo pela Nação, nada contra a Nação*, é dirigido por Miranda da Rocha, editado por C. Pegado e colaborado por Rolão Preto, órgão defensor da “primazia dos direitos de Deus” e dos “sagrados interesses da Pátria”¹⁹, jornal que no apólogo de Mussolini, “o grande chefe fascista que dissolveu os partidos e as associações secretas que até aí espezinham a nação”²⁰, calunia vultos da esquerda republicana: Álvaro Viana de Lemos, “mestre jacobino”²¹, Aquilino Ribeiro, João de Barros, Norton de Matos, Bernardino Machado ou António Sérgio, “trânsfuga do manicómio brasileiro”²², acusado de plagiar a *Antígona* de Cocteau.

O artigo de M. da Rocha, «Remarque, Sílvia Lima e os revolucionários», no auge da reacção católica contra *Notas críticas*, releva do indigente provincialismo (“note-se bem, foi do estrangeiro” que o Autor escrevera sobre um *filme sonoro*) que raia a provocação pessoal, pois as “hostes do pacifismo”, “em vez de homens resolvem lançar bombas, em vez de almas, gazes asfixiantes”. A crítica ao pacifismo de Lima visa “os homens da fraternidade, e por isso em vez de militar, preferem aquela democrática e humanitária figura do revolucionário civil, do *formiga branca*, etc.”²³. Melhor contextualizando, os integral-salazaristas alongavam o coro racista dos batalhões nazis de Hitler que exigiam, em Weimar, a censura total e imediata do mesmo filme “por nocivo do prestígio Alemão”, organizando marchas e encenações de rua para pressionar o que restava do governo democrático, que acabará (também) neste ponto por ceder²⁴.

Percebe-se a motivação pela qual, para além das aduzidas razões éticas e metafísicas da condenação bélica, o ensaísta encontra no campo das ponderações económico-financeiras, uma outra ordem de razões para exprobrar o belicismo, pois “é tragicamente *ilusória* a crença (ou melhor, a superstição) de que a guerra favorece, estimula e vitaliza economicamente os vencedores”²⁵. Nada mais falso no seu entendimento, pois a nefasta carnificina de 1914-1918

¹⁹ Cf. *Acção*, editorial, n.º 1, 1-XII-1930, 1.

²⁰ *Ib.*, «Uma Ditadura que tem um Ditador», n.º 6, 13-II-1931, 1.

²¹ *Ib.*, n.º 1, 1 e n.º 3, 20-XII-1930, 1.

²² *Ib.*, n.º 9, 20-III-1931, 2.

²³ *Ib.* n.º 7, 23-II-1931, 2.

²⁴ Sobre este episódio cf. o relato do católico *Jornal de Notícias*, ano 43.º, n.ºs 293 e 294, XII-1930. O jornal republicano *Mundo Novo* desagrará Sílvia Lima.

²⁵ Sílvia Lima, «A Grande Ilusão» [*DL*, n.º 4720, 8-I-1936], *OC*, II, 1620.

induzira à esmagadora ilação de que a guerra moderna arruinaria vencedores, vencidos e neutrais: é sempre prejuízo, derrota, mesmo no capítulo económico. O poder destruidor e mortífero da moderna tecnologia militar é de tal grau que, nas condições propiciadas desde o ocaso do século XIX da eclosão da *guerra de massas* e apesar de alimentada por uma máquina económica que nutre e engorda uns “quantos vendilhões”, “o capital humano é devorado juntamente com o capital económico”, o mesmo é dizer que o que sobrevive, nas nações «sobreviventes», é a *ruína* da escola e do hospital, a paisagem dilacerada, assinalando o triunfo da morte e devastação sobre o elemento produtivo e criativo da vida. Sílvio Lima compreendera, com acuidade, como ilusória também se afigurava a vitória económica de qualquer nação no contexto de uma economia transnacional cada vez mais interdependente e no quadro da reconfiguração da ordem económica internacional, reactualizando a convicção iluminista de que o incremento das transacções anulava a guerra²⁶, embora tivesse depreciado o valor estratégico da geoeconomia como móbil cada vez mais perceptível da guerra e dos seus móveis interesses. Assim, como noutra vertente iria acentuar Bertrand Russell, a generalização e síntese da liberdade e do pão seriam decisivos argumentos para o homem renunciar ao «suicídio colectivo», porquanto o «canibalismo» económico seria apenas característico do «império da força»²⁷.

Neste optimismo morigerador de oposição sistemática à guerra, cuja proposta progride na “campanha infatigável para a organização *jurídica* da Paz Internacional”²⁸, o repto kantiano da organização jurídica da *Cidade das nações* ou da *civitas maxima* de Wolff é bem presente, conquanto a «paz perpétua», como evidenciara Brunschvicg²⁹, não seja desígnio de uma inelutável Providência nem do *progressus ordinatus*, mas expresse a ideia da incerteza prática dos combates morais contra desígnios aleatórios ou julgados providenciais. Essa a sua intrínseca aporia.

A (quasi) impossível abstenção: o desporto da razão

Porém, a inflexão da posição abstencionista, que não na teoria pacifista, ocorrerá na dura prova da historicidade, com a dramática deflagração da guerra

²⁶ *Id.*, *ib.*

²⁷ B. Russell, *A última oportunidade do homem*, Lisboa, Guimarães, 2001, 22; 65-66; 80-81.

²⁸ Cf. Sílvio Lima, «A Grande Ilusão», *OC*, II, 1621.

²⁹ Cf. Léon Brunschvicg, «L’idée critique et le système kantien», *Revue de Méthaphisique et morale*, t. XXXI, n.º 2, Paris, Armand Colin, 1924, 191-193.

civil espanhola, momento com o qual se terá confrontado em Madrid (expulso e impedido em Portugal de exercer o *munus* docente) para onde se dirigira a aprofundar o estudo sobre o misticismo ibérico e provavelmente ensaiando a escrita do II volume de *O Amor Místico*, agora sob os auspícios de Joaquim de Carvalho, Américo Castro e do Academic Assistance Council, a organização da LSE (London School of Economics and Political Sciences, dirigida por Walter Adams) que resgatara em 1933 Albert Einstein à barbárie suástica e a ele lhe munia a indispensável bolsa de estudo. Em fevereiro de 1936, antes de partir, na revista *Manifesto* que Miguel Torga lançara em dissídio com a *Presença*, escreve «o Perfil de um verdadeiro Pacifista», peça teórica da maior influência da oficina de Proença, espécie de texto de despedida ao Reino da Estupidez. Adeus efêmero, porquanto em julho, já em Portugal e em crónica assinada no *Diabo*, Sílvio Lima dá conta da insustentabilidade abstencionista e da complexidade de que então se revestia a atitude pacifista: o homem amarcial, o que refreia “graças à soberania da razão os instintos anárquicos” e se supõe impermeável, por intrinsecamente “dinâmico, *activo*, valente” e apenas, de modo egóide, dentro de si procurar a *virtu*, poderá ser “criminosamente moral” pela passividade que representa perante a “maldade alheia”.

Afinal essa atitude de defecção nada representaria senão “virtude putrefacta” e incompleta, fruto de *covardia invertebrada*, “quietismo voluptuário” – mas ele próprio não resistira em Madrid ao avanço (ainda noticioso) dos rêquêtês. Passara a ilusão esperançada e passiva de que o deserto se transformasse em bosque verdejante, era altura de *mergulhar dentro do tumulto*, porque *a tragédia viva* e de *carne e osso* (magma onde ressoam vozes de Ortega e Unamuno) se desenrolava e porque o coração *moral* imita o ritmo do coração físico, o idealismo só se poderia compactuar com o intervencionismo, na pródiga diástole – imagem poderosa, a do sangue derramado num coração que bate e anima – da entrega ao sentido do Justo ou do sacrifício a uma causa racional³⁰. No entanto, não deixara de ser pacifista, étimo novo que no século XX Émile Arnaud propusera sintetizando expectativas sociais novas, dando ressonância teórica a uma consciência que se foi historicamente afinando ao tornar-se mais exigente consigo própria. O pacifismo, repto e ideação inacabados da *pax universalis*, é polifonia consciente de consciências, *progresso sem retorno* no caminho para a *Paz Perpétua*, sonhada ou antevista por Kant na luz do futuro, ao corresponder à exigência última da universalização da razão.

³⁰ S. Lima, «Idealismo intervencionista», *O Diabo*, III ano, n.º 107, 10-VII-1936, 1.

A mediação antibelicista encontra guarida em muitas das reflexões de filosofia e sociologia desportivas que Lima escreve durante a II Guerra, na época em que a opinião pública local e mundial é hegemonzada pelo delírio bélico e pela *escalada psicosemântica* armamentista³¹. Triunfava no século XX, e pela segunda vez, a necrópole preanunciada em 1912 por Sorel: *A Europa, esse cemitério, está povoada por povos que cantam antes de se irem matar uns aos outros*³². De muitos lados se exorcizava o monstro e temia o pior; cientistas, filósofos, atribuíam ao poder científico e tecnológico a contemporânea metamorfose da Europa em *selva de brutamontes*³³. Perante a visita antropofânica da morte e a industrialização e massificação do terror a partir de 1939 instaura-se o *atmoterror* no ar contaminado pela exalação do gás da morte, a *morte respira-se*³⁴ em novo palco, após o ensaio geral de 1936 na guerra civil espanhola, na sua mais inumana face: os dados que gerariam a exalação de Auschwitz “mudaram e envenenaram o ar que respiramos”³⁵. Sílvio Lima solta o brado revoltado e pacífico. Logo no início do conflito ata o fenómeno desportivo com a “sangrenta tragédia contemporânea”, porque se é certo que alguns encaram a guerra como *jogo violento*, caçada primitiva³⁶, desporto cinético, onde roça “o hálito gelado da morte” e outros vêm na estratégia militar o jogo de xadrez onde se dispõem peças apessoais sobre o tabuleiro que é o terreno bélico, a guerra nunca será *desporto*, nem desporto, a guerra. Teorema de repetidas e renovadas demonstrações: “Durante a guerra não se limpam armas, está certo. Mas limpam-se na paz com os exercícios militares e os exercícios desportivos”.

O desporto respeita a vida (testando o risco, o perigo, a audácia) e a guerra busca a morte; mesmo que ao longo dos séculos se tenha tentado converter *belum* em “*desordem* legal, uma violência *não-violenta*, um tumulto *ordenado*”, o morticínio representa sempre a “triste e brutal negação do humano”³⁷, um *defeito* da sociedade incapaz de “resolver tudo por arbitragem, por paz e dentro da paz e para a paz”. Já antes meditara sobre o tópico: “Mas a guerra

³¹ Peter Sloterdijk, *Temblores de Aire. En las fuentes del terror*, Valência, Pre-Textos, 2003, 141.

³² Cit. por Maurice Duverger, *A Europa dos cidadãos*, Porto, Asa, 1994, 35.

³³ R. G. Collingwood, *An Autobiography*, apud F. L. Baumer, *O pensamento europeu moderno*, II, Lisboa, Edições 70, 1990, 235.

³⁴ Para uma genealogia, desde 1915, do conceito de *atmoterror* (gás mostarda, câmara de gás, a morte que vem do ar): P. Sloterdijk, *Temblores de Aire*, op. cit., 39-77.

³⁵ H. Arendt, *Compreensão política e outros ensaios*, Lisboa, Relógio d' Água, 2001, 120.

³⁶ S. Lima, «O desporto e a guerra», *O Primeiro de Janeiro*, LXXI, n.º 249, 16-IX-1939, 3.

³⁷ *Id.*, «O desporto e a guerra», *ib.*, n.º 272, 3-X-1939, 3.

não deve ser *inumana*, objectareis vós. Sim, isso é verdade, mas se ela devesse ser rigorosamente *humana* poderia ser guerra?”³⁸. Ao invés do morticínio, o desporto, olímpico ideal da Paz, só pode ser lido à luz do “seu profundo valor humanístico”³⁹ como utensílio pacífico do mundo e de maior progresso moral, ao assentar sobre o “respeito sagrado da vida” própria e alheia, e ao pressupor o princípio básico da igualdade de competição, as próprias regras da “brincadeira séria”. Pelo contrário, a guerra pressupõe desigualdade, *desnível*, quebra de regras, pois nenhum país agressor no palco da guerra atende moralmente ao desequilíbrio de forças face ao inimigo: e, sobretudo na *guerra instrumental* contemporânea, “quem poderá ver desporto num bombardeamento aéreo ou num ataque maciço de autocarros blindados”⁴⁰? Guernica presentificara a iconografia dos Desastres de Guerra anunciada por Goya.

A guerra não é, portanto, um *jogo* por outros meios. Assim, contra a lei da força e da selva, se criou o conceito de pacifismo ou *juripacifismo* (Ruysen), “criação racional, uma disciplina ético-jurídica, um produto esforçado da vontade esclarecida e crítica”⁴¹, em cujo edifício participam escola e família, templo e oficina, mas também o ginásio, oficina de socialização e democracia que aspira à perpétua *pax Olímpica*. O pacifista, onde ecoa por vezes o anelo à meditação búdica sobre as *quatro verdades* que “sopram como vento gelado sobre a chama da sensibilidade” e que, noutros passos, teoriza o *nirvana* (conhecendo bem os divulgadores búdicos: Oldenberg, Davis, Lamairesse, Pishel, René Guénon, Schlagintweit)⁴², entende o *adversário* como “peça fundamental, necessária, basilar do próprio mecanismo” competitivo, o que fiscaliza na reciprocidade atitudes e corporiza a concepção de um *adversário-camarada-companheiro-fiscal* na realização da vida colectiva⁴³. Nada disto, porém, ocorre na guerra: inexistentes ou subvertidas as regras do jogo, só a morte triunfa no *matadouro*⁴⁴ do campo de batalha, e só a paz guia, na “espessura da noite”, o fio da alvura para a qual, mesmo durante a dura guerra, urge trabalhar⁴⁵.

³⁸ *Id.*, *Desporto, Jogo e Arte*, OC, II, 1025.

³⁹ *Id.*, «O desporto e a guerra», *O Primeiro de Janeiro*, 16-IX-1939, 3.

⁴⁰ *Id.*, «O desporto e a guerra», *ib.*, n.º 286, 18-X-1939, 3.

⁴¹ *Cf. id.*, «Desporto e Pacifismo», *O Primeiro de Janeiro*, n.º 303, 4-XI-1939, 4.

⁴² *Cf. id.*, *O Amor Místico*, OC, I, 719-20.

⁴³ *Id. ib.*

⁴⁴ *Id.*, «O Desporto e a Guerra», *O Primeiro de Janeiro*, 18-IV-1940.

⁴⁵ *Id.*, «Desporto, Guerra e Vida», *ib.*, 2-VI-1940.

Não se infira, como cooperação da responsabilidade individual no triunfo da equipe, que o desporto não possa ser usado como treino militar⁴⁶. Sublimação ou metamorfose do instinto de agressão inato no homem, não pode ser posto “(como aliás tudo, a ciência, o trabalho, a arte, a riqueza, etc.) ao serviço do belicismo, do imperialismo político, até do crime”, o que evidencia como a criatividade desportiva só encontra utilidade na sua socialização, racionalmente orientada pela paz. Em resposta a um «leitor» (à maneira de Sérgio, o leitor pode não existir, pois os termos do «interlocutor» são mesmo os mais caros da escrita de Lima), elucida que é preciso desenvolver o treino viril de autodomínio e certas virtudes militares para fazer a paz⁴⁷.

E por isso mesmo se viu metido o ensaísta numa outra guerra, entre dois fogos, o que o Estado Novo lhe movia, em nome ao que se supõe da moralidade pública e aqueloutro que os adoradores do Sol num só país lhe moveram: pecador venal, Sílvio Lima, liberal, democrata, persiste em considerar que é a formação de *sportmen* de Reynaud e Churchill, conservadores de forte cariz liberal, que lhes permite o *self-control*, coragem e tenacidade de carácter, na resistência ao avanço nazi, sabe-se bem, pois a importância do *fair-play*, jogo justo, reside na antecipação da paz⁴⁸ – note-se que Paul Reynaud, com De Gaulle, irá opor-se à rendição de Pétain corporizando a resistência não-comunista. E, pecador mortal: em face da resistência finlandesa à invasão pela URSS, Lima muda subtilmente a análise *neutra* do desporto e este adquire o valor de “arma defensiva e ofensiva”; “(embora pacifista por natureza e intenção), se o conflito por loucura dos homens estala, porá ao serviço premente da defesa nacional todas as qualidades físico-psíquicas consolidadas e armazenadas durante a paz”. “O finlandês – à força de praticar o esqui desde o berço (...) – adapta-se como lobo astuto, ao terreno (...). Àqueles que menosprezam o desporto como esterilidade económica, passatempo pueril, a resistência da Finlândia veio suscitar surpresa e reflexão crítica”⁴⁹ A “campanha epopeica da Finlândia”, de novo glosada⁵⁰, custar-lhe-á censuras nada «desportivas», nem pacíficas, por parte dos intelectuais comunistas reordenados, após a hecatombe de 1935-37, em torno de *Sol Nascente*.

Em 1940, Sílvio Lima sofre violenta réplica neste «quinzenário de Ciência, Arte e Crítica», surgido no Porto a 30-I-1937 sob direcção de Carlos Bar-

⁴⁶ *Id.*, «O Desporto, o estádio e a guerra», *ib.*, n.º 329, 30-XI-1939.

⁴⁷ *Id.*, «Desporto e Guerra», *ib.*, LXXI, n.º 347, 19-XII-1939, 3.

⁴⁸ *Id.*, «Paul Reynaud, o desporto e a guerra», *ib.*, 17-V-1940

⁴⁹ *Id.*, «A guerra e os desportos», *ib.*, n.º 17, 18-I-1940, 3.

⁵⁰ *Id.*, «O Desporto e a Guerra», *ib.*, 18-IV-1940

roso, Lobão Vital e Soares Lopes (depois, «Quinzenário cultural de literatura e crítica»), que em crescendo se liga à linha intelectual do PCP, sob Álvaro Cunhal, desferindo fortes golpes no sector seareiro e democrático (*vide* a violenta polémica com José Régio, contra a alegada “precoce velhice” e “voluptuosidade intelectual”)⁵¹. Nesse sentido, e no mesmo ano, a partir do n.º 42-44 (que inicia o IV ano da publicação) passa a designar-se «Revista cultural de literatura e crítica», assumindo “as responsabilidades de orientação intelectual que nos cabem”. Na fase anterior pontificara Abel Salazar numa longa série de artigos sobre a «Crise da Europa» (cuja síntese aparece com mediana clareza em *Cadernos da Juventude*⁵², a revista que sofrera o auto-de-fé da PVDE com devassa e fogo posto aos exemplares na tipografia) ou polemizando com Adolfo Casais Monteiro, sobre a *inutilidade* da metafísica, e com António Sérgio, sobre a vulgarização das correntes neopositivistas e lógico-empiristas.

O programa editorial sintetiza-se agora na tentativa de hegemonizar o combate intelectual e político ao salazarismo, dando para isso explícito combate ao idealismo reformista e utópico e à visão cooperativista de seareiros ou ex-seareiros, como será o caso de Sérgio (a partir de junho 1939), pois “o que sempre nos separa de António Sérgio”, lê-se num artigo da redacção não assinado, “é o seu idealismo e a nossa suposição fundada na análise histórica, de que só a acção esclarecida, orientada por uma dialéctica (...) é verdadeiramente criadora e promove o ultrapassamento das contradições históricas concretas”⁵³. Nesse artigo, também Sílvia Lima fora já alvo de crítica por, “com ligeireza de espírito”, subscrever a tese de Sérgio para a resolução da antinomia entre o desenvolvimento científico e tecnológico e a deficiência da organização social, “*pela renúncia à ideia (arcaica e absurda) do lucro, pela abolição do «deve» e «haver», pela aceitação do regime cooperativo universal fundado na justa distribuição geral e no bem-estar de todos, pelo advento do soberano reinado do consumidor*”, como Lima registara na *Seara Nova*⁵⁴. As conclusões assemelhavam-se, para o anónimo articulista, à “ideologia de 1910, palavrosa e oca”, e ao “utopismo” de Sérgio que não alcançariam as *contradições* do “que há de puramente *cultural*, de desligado da realidade histórica, na solução cooperatista-tecnocrática”.

⁵¹ «Numa encruzilhada dos homens. A propósito das *Cartas Intemporais* de José Régio», *Sol Nascente*, n.º 37, 1-VI-1939, 7 e 12; *Seara Nova*, n.º 615, 27-V-1939, 285-87.

⁵² Coimbra, Arménio Amado, 1937, 49-62. Reed. fac-sim, CMC, 2002.

⁵³ *Sol Nascente*, n.º 37, 1-VI-1939, 15.

⁵⁴ Cf. *Seara Nova*, n.º 604, 11-III-1939, 66.

Entende-se melhor a razão substantiva pela qual o *tecnocrata* Sílvio Lima é atacado em 1940 como *mistificador*, à semelhança de Vieira de Almeida e do pensamento democrático: “não é suficiente apontar o desporto como factor capaz de aperfeiçoamento do homem. Interessa imediatamente estudar as possibilidades científicas que o nosso povo tem de se lhe entregar». E continuava: “é critério metafísico estudar o desporto abstractamente sem o relacionar com os homens, como se ele fosse coisa que encerrasse em si mesma as razões da sua existência”⁵⁵. Todo o trabalho de profunda ligação entre a praxis desportiva e social a que Sílvio Lima se dedicara fora assim ignorado. Não subsistissem dúvidas a quem era dirigido o aviso, em nota aditava-se “neste sentido mistificador tem-no feito o Sr. Sílvio Lima”. Ao desporto, concluía, em frase saída da linha de montagem discursiva, “para que todas as contradições internas da sua estrutura surjam flagrantes, temos de o olhar como ele é”. O pré-texto leia-se no próprio cenário da guerra ideológica: Não será perdoado a Sílvio Lima ter rejubilado com a resistência finlandesa face ao avanço da “Rússia dos tzares brancos e vermelhos”⁵⁶, o que indispuera os adaladores do Sol.

A guerra, a outra, a de armas reais e genocídios, continua. Sílvio Lima nutre, a partir de certa altura, excessivo optimismo prognóstico sobre o mundo do pós-guerra, no qual o discípulo Eduardo Lourenço verá depois o *Apocalipse suspenso*⁵⁷. Em julho de 1942, Lima escreve: “depois desta guerra, verdadeira tormenta cósmica que tudo revolve, e tudo abrasa, o trabalho reivindicará os seus irrefragáveis direitos. A vida, como planta vivaz, renascerá dos escombros” e “à técnica caberá o papel de instaurar, de vez, o *reino da abundância e do universalismo*”. Essencial é *confiar no futuro*: “Do próprio abismo negro há-de surgir a aurora do novo renascimento; já a treva começa a ser menos espessa, e pressente-se em tudo algo que vai nascer, algo que em breve fará da noite dia”⁵⁸. Mais sepultando o abismo negro, noutra fórmula do atmoterror deflagrarão bombas atómicas sobre japoneses, no momento em que já se entendia em toda a extensão a *solução final* nazi. Face aos *horrores excepcionais* da primeira metade do século XX, também Russell pensara erigida a duradoura paz mundial que erradicasse antes de mais a fome, a miséria

⁵⁵ Fernando Seabra, «Duas concepções de Desporto», *Sol Nascente*, ano IV, n.º 45, 2.

⁵⁶ S. Lima, «A guerra e os desportos», *O Primeiro de Janeiro*, n.º 17, 18-I-1940, 3.

⁵⁷ Conferência *Novas respostas da Cultura*, Coimbra (Inatel), Casa da Cultura, 16-VII-2009.
⁵⁸ S. Lima, «Desporto e Cultura», *Primeiro de Janeiro*, 23-VII-1942.

e a ignorância sobretudo dos dois grandes continentes excluídos da partilha dos bens, a África e a Ásia⁵⁹.

A tarefa do pacifista, um higienista, consistirá em sustentar e debelar a epidemia mórbida, criando zonas de *imunidade intelectual* à contaminação pestífera irrespirável, *Unheimliches*, da nuvem da morte⁶⁰: nele “não apetece a guerra (só o armamento a deseja, famélico do ouro embora ensanguentado)”, senão evitá-la, por qualquer legítima mediação ético-jurídica. Mas face à *inevitabilidade* do mal, juízo agostiniano sondado por Arendt como supersticiosa crença na *eternidade* dos poderes⁶¹, e ao triunfo *diabólico* da *peste*, “há que *guerrear* o micróbio e vencê-lo”, pegando em armas “dentro de certas e definidas condições de *humanidade*” se o escopo for a paz, pois pacifista é o *guerreiro da paz* que promove a campanha da fraternização e “quanto labor e coragem, quanto idealismo e nobreza” há na sua militância. A paz representa o triunfo racional do espírito sobre o mundo empírico e feroz, o controlo do *interior* sobre o *exterior*, o advento da espinosiana força e paz do espírito, virtude e “via purgativa de todos os apetites irracionais” e de todo “instrumento barbaresco”, “espectáculo frenético e irracional de forças brutas” que visa substituir pelo sólido “império criador do direito puro”⁶², no início épico da *vita nuova* fundadora de uma ordem ética internacional⁶³. Ora, o pacifismo arranca mais da consciência da injustiça moral, da *ética da convicção*, do que da percepção da injustiça material⁶⁴. Por isso, o pacifista é *herói* moral, o que “segue sempre uma linha de maior resistência” em busca da virtude mais elevada, a Paz⁶⁵, numa Europa onde o debate sobre a liberdade é aniquilado pelo *medo do aniquilamento*⁶⁶ e num país onde a liberdade vive então no *ghetto* do presente vazado do sentido do devir histórico⁶⁷.

Em plena II guerra mundial, reintegrado e subalternizado na Universidade, sem denegar embora a pacífica tarefa de Sísifo, Lima espaça e deixa (finais de 1943) de escrever em jornais, dando-se a público silêncio. Na tarefa pedagó-

⁵⁹ B. Russell, *A última oportunidade do homem*, op. cit., 152-161.

⁶⁰ P. Sloterdijk, *Temblores de Aire*, op. cit., 141.

⁶¹ H. Arendt, «A Imagem do Inferno», *Compreensão política e outros ensaios*, op. cit, 126

⁶² Sílvio Lima, «Perfil de um verdadeiro Pacifista», *Manifesto*, n.º 2, Coimbra, 1936, 9-10; cf. *id.*, *Desporto, Jogo e Arte*, OC, II, 1028-29.

⁶³ *Id.* «Vita nuova», [Diário de Lisboa, 22-II-1936], OC, II, 1629.

⁶⁴ Cf. Jean Baudrillard e Edgar Morin, *A violência do Mundo*, op. cit, 70-71.

⁶⁵ S. Lima, «Perfil de um verdadeiro Pacifista», *art. e op. cit.*

⁶⁶ H. Arendt, «Conferência da Rand School», *Compreensão política*, op. cit., 132-33.

⁶⁷ E. Lourenço in J. Gil e F. Catroga, *O ensaísmo trágico de Eduardo Lourenço*, Lisboa, Relógio d'Água, 1999, 48.

gica objectiva agora a ideia de tolerância que habita, tantas vezes indefesa ou solitária, no *interior* da casa semântica onde se afixa a tabuleta da paz. Essa é a linguagem – Jacques Derrida dirá de uma cultura ética que é já hospitalidade⁶⁸ – que para Sílvio Lima melhor exprime a *casa do ser* de que falara Heidegger, o reitor inimputável que abjurando o existente pensara a sua filosofia da existência. E Sílvio Lima queria voltar às *suas* tarefas naquela *paz da alma*, que Espinosa antevira no final da *Ética*, respiração funda da liberdade que submete paixões destruidoras e cria a *necessidade* do saber *específico* da liberdade.

Só que «*paz d' alma*», provavelmente ao longo das épocas e das línguas, é signo degradado, qualificativo pejorativo. Por todas as ordens da razão, também o era numa sociedade periférica e num Estado externamente débil, que em séculos se projectara grande, onde o doméstico *Leviatã* triunfara em nome do divino. Dupla heresia, na guerra civil camuflada (*hostilidade* contra *hospitalidade*) que o Estado Novo promovia aos *inimigos de dentro*, que reivindicavam a liberdade de consciência: heresia em face da Igreja, que amamentara o *prodígio* e amamentou até morrer de velho, durante os tempos difíceis em que se julgou ameaçada ou se viu alvo da laica caça às bruxas, pois o monstro não emergiu dos oceanos revoltados descritos no *Livro de Job* (38; 40-41) mas da simulada singeleza do planalto beirão. Heresia para Hobbes, que via o modelo unitário, de bronze e ferro, assente na desigualdade como norma e o colosso de ferro (e barro) imperando sem *pacto* ou consentimento algum, mas impondo a mesma intolerância *pragmática*, teórica e prática, que é a vulgar raiz de todos os monstros. Aos quais guerra e violência, as radicais armas do domínio⁶⁹, conferem nefasta visibilidade e representam o instrumento eficaz do terror em ordem à dissuasão e pulverização do *ius inter gentis*, o *ius cosmopoliticum* que pacíficos idealistas, apóstolos da liberdade, pregam nas crateras e no deserto inumano, *demasiado humano*, da guerra. Entre nós, Sílvio Lima, que começara por escrever “no trágico momento em que sobre a terra, ainda fresca da sangreira passada” mais uma vez se desenhava “o duro perfil de Marte”, pois seria nesse “tempo do culto idolátrico da Força que aqueles que mais defendem o Direito se erguem sublimes”⁷⁰. Tempo de turbulência,

⁶⁸ J. Derrida, *Cosmopolitas de todos os países mais um esforço!*, Coimbra, Minerva, 2001, 43-44.

⁶⁹ Cf. J. Baudrillard e E. Morin, *A violência do Mundo*, op. cit., 89; Norbert Elias, *El proceso de la Civilización, Investigaciones sociogenéticas y psicogenéticas*, México, Fondo de Cultura Económica, 1987, 234.

⁷⁰ S. Lima, «Prémio Nobel da Paz» (*Diário de Lisboa*, n.º 4690, 7-XII-1935) OC, II, 1615-16.

de miséria social, administrada pela propaganda repressiva da polícia implacável, legitimando nas massas manifestações emocionais já excluídas da vida civilizada, para dar alento a uma alegria que produz morte e destruição, dirá Norbert Elias⁷¹: *na barbárie há uma alegria pela guerra.*

A raiz: um libelo idealista sobre a sociedade capitalista

Só é possível compreender a raiz teórica do pacifismo de Sílvio Lima em diálogo ou partilha do idealismo objectivo coevo (Russell, Ruysen, Kelsen), para o qual e no próprio axioma, *idealismo* não é fuga à realidade, senão superação ideal mesma do real. Nessa óptica, a estrutura de conexões causais do materialismo reduziria e subordinaria o espiritual, *i. e.*, a actividade criativa, artística, científica e as instâncias do político, jurídico e religioso, ao infraestrutural e ao económico, ignorando que “o espiritual transcende o económico” e subverte as próprias instâncias de produção da realidade⁷². Daí que o filósofo objective no ensaio (1940) *Serão luxos a Ciência e a Arte?* a crítica às expressões sociológicas e históricas do capitalismo: trata-se não já da crítica da economia política, mas da crítica da economia sociológica de modelo sombartiano, mediada pela metafísica da cultura, no sentido em que *luxo do inutilitário – metafisicamente considerado – é a cultura*⁷³. A crítica não contesta em si o sistema económico capitalista mas, ao modo sergiano, perspectiva-o na sua reforma interna (cooperativismo, mutualismo, instrução, autonomia) no horizonte do combate intelectual por uma sociedade fraterna e justa⁷⁴, contestando assim a arqueologia social e política, educativa e religiosa, das formas degradadas de mando (monarquia, aristocracia, fisiocracia) do *Ancien Régime* que persistiam como arcaísmos e estigmas na sociedade contemporânea, sob a forma da *fidalgomania*⁷⁵. O *luxo*, termo reabilitado do imaginário político e da gramática iluminista dos tratados setecentistas, cumpre agora função diversa na sociedade capitalista quando cotejado com a antiga sociedade do desperdício e da disseminação económica. Na velha regulação ostentatória e sumptuária, em estrita obediência ao estatuto social da aristocrática “ociosidade obrigatória, oficial”⁷⁶, vê Sílvio Lima (à maneira das pragmáticas

⁷¹ N. Elias, *El proceso de la Civilización, op. cit.*, 239-40.

⁷² S. Lima, *Serão luxos a ciência e a arte?*, OC, II, 1214.

⁷³ *Id. ib.*, 1222.

⁷⁴ V. g., A. Sérgio, a VI das *Cartas do Terceiro Homem*, Lisboa, Ed. Inquérito, 1953, 47-54.

⁷⁵ Sílvio Lima, *Serão luxos a ciência e a arte?*, OC, II, 1107.

⁷⁶ *Id. ib.*, 1180.

régias contra o luxo), com autores antigos, os fidalgos que “levaram sobre os ombros os seus moinhos, as suas florestas e as suas pradarias”⁷⁷, atitude que na sociedade portuguesa teve mediações, de quem se orgulhava dos áureos ornamentos: “Aqui trago pendurados ao pescoço 120 homens de cava.”⁷⁸. Inútil parasitismo, imobilização produtiva, o luxo traduz a incapacidade reprodutiva do capital numa economia centrada no dispêndio e desperdício e não na produção e aforro⁷⁹.

Será assim o luxo que tipifica a economia de Antigo Regime, investimento não reprodutivo que solicita e cria necessidades artificiais, convencionais, bens de pouca ou nenhuma utilidade económica, tal como W. Sombart problematizara na *sociedade fechada*. No essencial, com a migração rural, os sem-terra procuram o pão longe do pauperismo terratenente e latifundiário, chaga económica que se propaga como doença (é o mote da crítica popular ao capitalismo, *avareza, a doença do podre de rico, que tanto nadar em dinheiro nele se afoga*, etc.) e que só o parcelamento, num recado para o presente histórico, resolve de modo satisfatório: repartição da propriedade social da terra, divisão técnica do trabalho e cooperação, socialização da produção, agromaquinofactura moderna, crédito mutualista, estrutura cooperativa da produção, distribuição e consumo dos bens económicos, prolongam teses seareiras⁸⁰ contra a voragem consumista do capitalismo industrial e comercial, o *fordismo*, enfim, contra o *evangelho do consumo*: com Georges Duhamel denuncia a ditadura comercial e industrial do *americanismo* que se “destina a impor à humanidade, desejosos apetites”⁸¹. O consumidor deve assim ser co-responsabilizado pelo fausto e desperdício, mormente se o consumo põe em risco vidas humanas ou implica inenarrável indignidade: “Para organizar um colar de pérolas, quantos perigos!”⁸². Em suma, noutro enunciado da antinomia ética da sociologia weberiana, a interiorização da *moral da responsabilidade* é subsumível numa *ética da convicção* na qual Lima tenta enquadrar a individualização kantiana, furando porém a fixidez categorial e tentando articular os imperativos, à maneira de Simmel⁸³, num *juízo de persuasão* (Arendt)⁸⁴.

⁷⁷ *Id. ib.*, 1172.

⁷⁸ *Id. ib.*, 1179.

⁷⁹ *Id. ib.*, 1180.

⁸⁰ *Id. ib.*, 1175-78; 1184.

⁸¹ Cf. *id. ib.*, 1190-1192; 1187.

⁸² *Id. ib.*, 1200-02.

⁸³ Cf. E. Bréhier, *Histoire de la philosophie allemande*, Paris, J. De Vrin, 1967, 164-65.

⁸⁴ Ronald Beiner «Hannah Arendt et la faculté de juger» in H. Arendt, *Juger. Sur la philosophie politique de Kant*, op. cit. 153-157.

Consonante pois o seu pensamento ético, de vasta coerência interna e existencial, com o momento superador que também Aron pensou essencial para sondar o pensamento de Weber, pois “não há moral da responsabilidade que não seja inspirada por convicções”, ponte que o sociólogo alemão dalgum modo sugerira⁸⁵.

A resposta ao impasse sociológico criado pelo capitalismo, antitético e abissal “binómio perigoso e desumano”, gerando uma sociedade económica e socialmente inigualitária, embora politicamente democrática⁸⁶, não está no retorno ao *evangelho da economia* e da parcimónia, de raízes puritanas. O problema é que com o triunfo do “febril e fabril reino da máquina”⁸⁷, filho do puritanismo que fundamentou a ética e o *espírito do capitalismo* (Weber, Sombart)⁸⁸, com a democratização das sociedades e a crescente tendência para a *condensação do tempo* (Sombart), também o luxo se *democratizou*, disseminou, facilitado pela sua enorme elasticidade e pelo facto de se poder infiltrar em todas as necessidades e objectos (o luxo tudo transforma e em tudo se pode transformar e na própria diacronia se apreende o processo de disseminação, o que hoje é bem luxuário amanhã pode converter-se em necessidade social)⁸⁹. E daí o luxo ser a tradução de novas fórmulas de desperdício, de inutilidade e parasitismo.

Se a tese de Sílvia Lima não é já a versão completa do enunciado de Weber (1904-05), será a dos émulos, porque tecida na axiologia neokantiana dos valores (Inge, Troeltsch), nela enraizando, como consequência de longa duração⁹⁰, a inútil prodigalidade da “praga burocrática civil ou militar”, pois, em homologia com o Antigo Regime, “como se fosse rico fidalgo, o Estado alimenta o luxo de numerosas «clientelas», improdutivas e famélicas” à custa

⁸⁵ Raymond Aron, *As etapas do pensamento sociológico*, Lisboa, Dom Quixote, 1994, 500-503.

⁸⁶ Sílvia Lima, *Serão luxos a ciência e a arte?*, OC, 1194-1195.

⁸⁷ *Id. ib.*, 1190.

⁸⁸ Em 1932 é publicada em França a tradução do *Apogeu do Capitalismo*, do discípulo não marxista de Marx, no qual reconhecia a radical equação dos problemas teóricos. Na base do capitalismo via Sombart a “atitude de busca de lucro, racional e sistematicamente”, subvertendo a *forma económica* do «homem natural» da Era artesanal e da economia fechada, forjando o espírito burguês empreendedor e faústico – sobre o a. de referência, Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy* (London, Allen & Unwin, 1943). Ora, o *espírito* de que fala Sombart é análogo ao *tipo ideal* (conceitos estáveis de burocracia, capitalismo, regime democrático) que Weber determinou como base epistemológica: sobre este problema, R. Aron, *As etapas do pensamento sociológico*, *op. cit.*, 495-98.

⁸⁹ Sílvia Lima, *Serão luxos a ciência e a arte?*, OC, II, 1170.

⁹⁰ *Id. ib.*, 1191-92; 1203.

do suor da *besta de carga* popular⁹¹. Resumindo, o *hiperfuncionalismo*, *archo-mania* (a «mania das funções» de Loyseau) cresceu exponencialmente durante o processo de desenvolvimento capitalista até se transformar, por oposição, na “praga do comunismo estatal”, o que não deixaria de constituir uma forma outra de monopólio político do luxuário e do desperdício⁹². Sem a explicitar, a correlação do *Idealtypus* weberiano de *burocracia* como *dominância legal* (impositiva, adstrita, protectora, remunerada, hierarquizada) é liminarmente inscrita.

Doutro lado, o luxo material e inutilitário (o luxo utilitário *civilizacional* deve-se imunizar conquanto consolide a economia e finanças públicas) não só arruína o *espírito* da economia como a *economia do espírito*. A caça à riqueza e esbanjamento legitima os avisos de tratadistas e moralistas dos séculos XVII e XVIII, da *Arte de Furtar* a Francisco Manuel de Melo e Ribeiro Sanches, que vêm no luxo e na ilicitude da sua obtenção a mãe de todos os males, pois *envenena as fontes morais*, acirra factores criminogénicos, destrói o valor moral do trabalho, insulta ou despreza a amargura dos pobres, aspecto que o Cristianismo condenara por ser, na génese, um *movimento de pobres* (Renan)⁹³. Na condenação moral aproximou-se Sílvio Lima do mestre seareiro, embora Sérgio, extrovertido apóstolo, moralista, queira impor as suas visões ao mundo profano e inculto e Lima seja antes guiado pela ética da convicção, introspectivamente empenhado numa autognose, por vezes de raiz junguiana; e aqui mais se distanciou de Joaquim de Carvalho, porquanto a crítica nestes termos à sociedade capitalista seja mais funda do que nos textos do figueirense⁹⁴, que não lhe dedica investigação historiográfica ou filosófica autónoma. O único luxo do inutilitário não reprovável e possível, e cada vez mais necessário porque sem ele hoje não se saberia viver, é o do investimento, sem imediato retorno ou lucro, na cultura ou na arte, é o *luxo do espírito* produzido num milenário passado histórico, pela constante releitura do presente onde implodem e se geram expectativas do futuro: “como para destilar um perfume se esmagam e queimam dezenas de quilos de pétalas”, assim “nada mais utópico e ridículo do que a contrafacção de uma cultura”⁹⁵.

⁹¹ *Id. ib.*, 1181.

⁹² *Id. ib.*, 1184.

⁹³ *Id. ib.*, 1186; 1188 e 1185.

⁹⁴ Das curtas referências, atente-se na tomada de posição por Sombart, contra Marx, na génese do capitalismo. Joaquim de Carvalho, «O Ideal Moderno de Ciência», *OC*, V, 304-305.

⁹⁵ Sílvio Lima, *OC*, II, 1222-23.

Ora, se a historicidade perspectiva o *espaço* da cultura, só na diacronia esta ganha sentido, pois é um *saber de si mesmo* autodestinado à partilha (ou ao achado) da experiência intelectual do tempo, um livro de instruções para pensar e existir. Decerto, na *linguagem* pôs-se em movimento o mundo do espírito, universo de dimensões variáveis, de opacidades e luzes, no interior do qual só o humano se revê. É nesse universo que as rasuras culturais sulcam o tempo em busca de novas *palavras* e sobremodo de palavras *novas* que exumem projectos da paz não havida.

Idealismo pacifista

O perfil do idealista implicava, no outro prato do peso teórico, balizar e sopesar o pacifismo como ideal estruturador do *ethos* individual e da filosofia societária. Ora, idealista é o *ingénuo*⁹⁶ excomungado pela razão materialista, incapaz de perdoar “a quem se revela liberto do «bezerro de ouro»”⁹⁷. Por isso mesmo, ao refutar outras cenografias totalitárias que a pretexto da aniquilação do nazifascismo do mesmo modo aniquilavam o humano, o idealismo era a resposta própria da filosofia crítica racionalista a um tempo *crítico*, hegemonizado pela crise do paradigma moderno da Razão, que face à crise social do liberalismo e ao desaire capitalista se patenteava incapaz, em dados complexos sociais onde a continuada tradição representativa não triunfara (ou se debilitara), de aguentar a difícil transição histórica para a sociedade de massas⁹⁸. Ponto consensual em que as posições de Sílvio Lima e Raul Proença, não esmiuçadas aqui, relevam: sem recusarem à maneira elitista a sociedade de massas, não alinham porém nos desfiles à cata do amanhã acrítico. Pelo contrário, ao criarem pontes intelectuais com as massas refutavam a absurda vigília *vanguardista*, na qual se reflectem amarguradas imagens invertidas das silhuetas políticas do poder.

Ferida e esgotada por si mesma, a Europa começaria após 1945 a desprender-se do excessivo passado, o de uma obsessiva história bélica e destrutiva. Só novo idealismo, mesmo se esboçado sobre trilhos lucrativos dos carris do carvão e do aço, possibilitava a visão dum *mundo novo* no velho continente, que pudesse responder em diálogo continuado ao Novo Mundo que em 1840 Tocqueville sondara na América, espécie de sonho doutra Europa possível,

⁹⁶ Sílvio Lima, «Idealismo e realismo», *OC*, II, 934.

⁹⁷ *Id.*, *Serão luxos a ciência e a arte?*, *OC*, II, 1122.

⁹⁸ Cf. Zeev Sternhell, *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a ideologia da decadência*, Lisboa, Bizâncio, 1999, 18.

quando, nos destroços das guerras a velha Europa, de tanto pesadelo, parecia finalmente inviável⁹⁹. Inútil aditar que também após 1945, incapaz de se desembaraçar das imagens do passado, a sociedade portuguesa, por si mesma bloqueada e engendrada pelo político pacto leonino de sujeição/imposição, se vedava àquele presente que a Europa no meio-dia construía.

Por cá, arrastava-se a habitual *grande heresia do futuro*, paradoxo (ortodoxo) que estagnando perspectivas mais acendia a expectativa de ser batido. Foi-o, num clamor das ruas, em 1974. Desde aí se tem estudado e compreendido que a longa duração da *atimia*, a privação dos Direitos humanos e cívicos, sociais, formativos, se extenuara em confronto com a liberdade criadora, a qual e na qual *idealistas* ousaram pensar ao longo de décadas. Só no limite da ideação – e no sentido da sua quotidiana superação real, ideal e prospectiva, bem aprendida por Lima em Guyau e Proença –, o *ethos* se planta no chão vivo do sendo como *prática* filosófica e *filosofia* prática, pois “não é ao mundo que o idealista pede a *coragem moral*, disciplinada e serena, para lutar e sofrer de alma em carne viva”¹⁰⁰. Por isso se interrogava, à margem dos que boiavam na corrente turva, ou nela se submergiam tornando-a espessa: “Porventura poder-se-á manter aceso em plena rajada – e durante longo tempo – um archote que brilha?”. Do estudo da sua obra e da reflexão sobre o *ethos* do intelectual só se pode inferir a afirmativa, e também o archote resiste à insistente tormenta: “Que pode o *tempo* contra o *Espírito*? Nada!”¹⁰¹.

⁹⁹ Cf. H. Arendt, *Compreensão política e outros ensaios*, op. cit., 305-312.

¹⁰⁰ S. Lima, «Autonomia moral», *Quatro cartas sobre o idealismo*, OC, II, 935.

¹⁰¹ *Id.* «Idealismo eterno», *ib.*, 943-45.